

**EDITORIAL**

# O alto custo das escolhas fiscais

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reafirmou, comentando o superávit primário do setor público equivalente a 6,1% do PIB, que não irá relaxar o rigor fiscal ou o combate à inflação. Palocci insistiu, respondendo às pressões dentro do próprio governo, em que o esforço da política monetária e econômica “deu resultado”, dizendo que agora é a hora de consolidar conquistas e não de questioná-las, “senão você joga tudo fora”. É um modo de olhar a realidade econômica.

Há outros. Como o do presidente do Conselho Empresarial de Política Econômica da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Carlos Mariani Bittencourt, que reconhece tanto a importância desse superávit como o fato de que “toda a economia feita se deve à redução dos investimentos”.

O governo Lula fez algumas escolhas administrativas adotando política fiscal restritiva combinada com sucessivos recordes na arrecadação de tributos. Tais escolhas permitiram superar, ainda em setembro, a meta de superávit primário de 4,25% do PIB fixada para 2005. O setor público (União, estados, municípios e estatais)

registrou superávit primário acumulado, ou seja, receita menos despesa sem os juros da dívida, de R\$ 86,502 bilhões, valor bem acima da meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já a arrecadação de janeiro a setembro deste ano superou em R\$ 14,3 bilhões a do mesmo período de 2004.

---

**Política fiscal restritiva e recordes na arrecadação geraram superávit de 6,1% do PIB, ainda insuficientes para pagar juros de R\$ 120,1 bilhões**

---

Portanto, a receita aumentou paralelamente ao forte controle da despesa. A maior parte dos investimentos aprovados pelo Congresso acabou retida no Tesouro por meio da rígida execução do orçamento da União: até setembro, apenas R\$ 2,9 bilhões (13,5%) do total dos investimentos orçamentários de R\$ 21,6 bilhões foram efetivamente executados. Sequer os gastos já aprovados e liberados pela equipe econômica foram feitos: só 21,5% dessas “liberações” se transformaram em gastos reais.

Por esse motivo, o diretor do Departamento de Comércio Exterior do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Humberto Barbato, avaliou que não há “lado positivo” em alcançar superávit primário antes do previsto. Barbato ponderou que o excesso de economia “promove grande atraso no País”.

Os R\$ 86,5 bilhões que o setor público economizou neste ano representam um recorde absoluto, se observada a série histórica do BC iniciada em 1991. Porém, tamanho arrocho não foi suficiente para cobrir os gastos com os pagamentos de juros da dívida pública que também bateram recordes. Em nove meses de 2005, os gastos dos juros alcançaram R\$ 120,149 bilhões, ou seja, 8,47% do PIB.

Em relação ao mesmo período de 2004, os gastos com juros aumentaram R\$ 24,8 bilhões, produto da rígida política monetária do Banco Central, que elevou as taxas de juros básicas até conter a inflação nos limites das metas prefixadas. Convém não esquecer que entre janeiro e setembro de 2004 a média da taxa Selic foi de 16,72% ao ano, enquanto nos mesmos meses de 2005 essa taxa média saltou para 18,68%.

Os quase R\$ 25 bilhões gastos a mais com juros neste ano tiveram um preço amargo na administração pública. O diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida, lembrou que a separação entre a atual política monetária e “a que muitos economistas consideram possível” são esses R\$ 25 bilhões gastos a mais com juros neste ano. Esses recursos poderiam se transformar, segundo Almeida, em investimentos em infra-estrutura ou em redução da carga tributária.

A política fiscal do governo Lula representou escolhas na administração pública. O diretor do Iedi a traduziu em números. O diretor do Ciesp observou que superávit desse porte cria boa imagem, mas “beneficia o setor financeiro enquanto a indústria é prejudicada”, lembrando que o adiamento nos investimentos em infra-estrutura quer dizer: “não há geração de empregos”.

Escolher significa definir quem perde. Os resultados da atual política fiscal mostram exatamente isso: quem perdeu no Brasil nos últimos meses.